



DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

1- RELATÓRIO

Versa o presente expediente sobre proposta de Termo de Colaboração, cuja parceria que tem por objeto estabelecer as condições para a execução de projeto na área da Secretaria Municipal de Educação- SMed, à CASA CRIANÇA FELIZ, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 94.722.287/0001-07, com sede na Rua Antônio Bonamigo, nº 351, Bairro Luiz Fogliato, na cidade de Ijuí/RS, entidade mantenedora da Escola de Educação Infantil Crescer, com a finalidade de estabelecer as condições para a execução de projeto na área da educação, com aplicação de recursos, conforme Plano de Trabalho apresentado, Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Educação, programação orçamentária, parecer jurídico e demais documentações apresentadas para análise técnica e decisão.

2 – ANÁLISE

Ao analisar o Plano de Trabalho apresentado pela Casa da Criança Feliz, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 94.722.287/0001-07, com sede na Rua Antônio Bonamigo, nº 351, Bairro Luiz Fogliato, na cidade de Ijuí/RS, entidade mantenedora da Escola de Educação Infantil Crescer, ficam demonstradas inúmeras informações acerca da entidade e do plano, dentre as quais a qualificação da entidade, apresentação de público alvo, objetivos, período de execução, cronograma de execução, objeto da futura parceria, plano de aplicação, bem como cronograma de desembolso financeiro. Em análise pela Secretaria Municipal de Educação, verifica-se que o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Verifica-se ainda que a proposta do Plano de Trabalho se mostra adequada aos seus objetivos na persecução do objeto final.



A Casa da Criança Feliz respeita os requisitos estatutários e contábeis, previstos na Lei Federal nº 13.019, da Lei nº 6.295 de 29 de dezembro de 2017 e Lei nº 7516 de 27 de dezembro de 2023, conforme verificação da documentação apresentada. Fica comprovada ainda a regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, da mesma forma com o FGTS e INSS. A instituição exhibe negativa de débitos trabalhistas, além de apresentar seu Estatuto Social, atada de eleição da atual diretoria e comprovação de endereço atual.

A Casa da Criança Feliz demonstra sua capacidade técnica gerencial por meio de declarações devidamente assinadas por seus representantes, justificando a importância de sua atuação regional, conhecida de forma abrangente em toda a região, sendo comprovada por seu relatório de atividades da Associação. Ainda, é informada pela instituição a ausência de impedimentos e vedações em relação à organização da instituição e sua atual diretoria.

Ao analisar o Plano de Trabalho, verifica-se que o mérito da proposta está em conformidade com a modalidade de parceria adotada. Verifica-se que a proposta do Plano de Trabalho se mostra adequada aos seus objetivos na persecução do objeto final.

Importante frisar a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria, considerando o histórico desempenhado pela Casa da Criança Feliz no campo social, bem como a necessidade de tal recurso para a manutenção.

Para a fiscalização da execução da parceria por parte do poder público, poderão ser utilizados todos os meios previstos em lei. Ressalta-se que a Administração Pública possui capacidade operacional para celebrar a parceria e cumprir as obrigações dela decorrentes e assumir as respectivas responsabilidades.

O parecer técnico e o parecer jurídico foram favoráveis à celebração da parceria. A programação e dotação orçamentária existem previamente à execução da parceria e estão expressamente indicadas no Termo que celebra a parceria.



3 – DECISÃO

Isto posto, considerando a documentação apresentada e a análise técnica e jurídica constante nos pareceres mencionados, que demonstram pertinência do objeto da parceria com as finalidades de interesse público e recíproco, compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil, além da análise retro, DECIDO pela celebração da parceria com a Casa da Criança Feliz, para fins de dar prosseguimento ao projeto que é atender os desenvolvimento integral das crianças de 1 até 5 anos em seus aspectos fixos, social, intelectual e psicológico fundamentada em princípios cristãos em um ambiente acolhedor, investigativo e que proporcione o convívio social, com estrita observância ao disposto na Lei Federal nº 13.019, da Lei nº 6.295 de 29 de Dezembro de 2017 e da Lei Municipal nº 7.516 de 27 de Dezembro de 2023.

Ijuí/RS, 25 de março de 2024.

ANDREI COSSETIN SCZMANSKI

Prefeito